

País deve pagar US\$ 3,7 bilhões até final do ano

Primeira parcela, de
US\$ 886 milhões, será
desembolsada já
na segunda-feira

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — O Brasil vai remeter ao Exterior até o final do ano cerca de US\$ 3,7 bilhões a título de pagamento aos bancos credores. A informação foi dada ontem pelo embaixador Jório Dauster. Desse total, US\$ 886 milhões serão desembolsados na segunda-feira, referentes à primeira parcela dos juros. No mesmo dia, Dauster e o novo negociador da dívida externa, Pedro Malan, iniciam nova etapa para a formalização do acordo: a aprovação dos termos e das condições de pagamento negociados no âmbito do comitê de credores por 95% dos bancos que detêm a dívida brasileira. O Brasil acumulou em um ano e meio de moratória juros atrasados da ordem de US\$ 8,4 bilhões.

A viagem pelos principais centros financeiros do mundo será iniciada por Tóquio, seguida de Frankfurt, Paris, Londres e Nova York. Os contatos não ficarão restritos aos dirigentes de importantes bancos credores, já que se estenderão aos representantes dos governos dos respectivos países. Em Paris, Pedro Malan e Jório Dauster farão contato com o diretor gerente do Clube de Paris, Jean Claude Trichet, e com o presidente do Banco de Paris, Jacques de Larossière. Ontem, os dois asseguraram que a missão não tem objetivo de negociar o pagamento do estoque da dívida de médio e longo prazos, estimada em cerca de US\$ 52 bilhões.

A orientação que receberam do presidente Fernando Collor é de aproveitarem o "giro pelo mundo", como definiu Dauster, para manter conversas sobre as perspectivas da economia brasileira. "Queremos fazer um convite a nossos credores para que sejam parceiros da retomada do crescimento econômico brasileiro", resumiu Malan, que estará acompanhado do diretor da Área Internacional do Banco Central, Armínio Fraga, e do chefe do Departamento da Dívida Externa do BC, Sérgio Ruffoni.



Luiz Antonio/AE

Malan: convite para parceria no crescimento

Pedro Malan disse ainda que as linhas gerais das negociações com os bancos credores e Fundo Monetário Internacional (FMI) estão definidas em pontos básicos. O primeiro, a capacidade de pagamento do País, que é limitada em função da "restrição fiscal", acompanhada da "firme intenção" de não "dar nenhum calote". Segundo Malan, o País necessita da "redução significativa" dos pagamentos programados para os próximos anos.

O governo, da mesma forma, não quer se prender em um número inalterado para a capacidade de pagamento. A idéia é trabalhar com faixas de pagamento que seriam alteradas ou reduzidas dependendo do comportamento da economia.